

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Bruna Thais Rodrigues¹

Aline Fernanda Menezes da Silva²

Suele Patrice Tavares da Silva³

Rosemari Aparecida Pedroso Szezerbatz⁴

Vivianne Augusta Pires Simões⁵

RODRIGUES, B. T.; SILVA, A. F. M. da; SILVA, S. P. T. da; SZEZERBATS, R. A. P.; SIMÕES, V. A. P. História da educação brasileira. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 15, n. 2, p. 279-293, jul./dez. 2015.

RESUMO: O presente artigo aborda a temática da História da Educação no Brasil. O objetivo geral é destacar os pontos importantes da educação brasileira desde os primórdios até a atualidade, enfatizando aspectos importantes e relevantes que fizeram parte da construção da educação de modo geral.

PALAVRAS-CHAVE: Jesuítas; Educação Brasileira; Colonização; Manifesto dos pioneiros; Educação Nova.

HISTORY OF BRAZILIAN EDUCATION

ABSTRACT: This article deals with the theme of History of Education in Brazil. The overall objective is to highlight the important points of the Brazilian education since the earlier times to the present, emphasizing important aspects that were part of the construction of general education.

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIPAR- Universidade Paranaense. Rua Pedro Segura Alda 561- Altônia/PR. CEP-87550-000. E-mail: bruna.btr@hotmail.com

²Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIPAR- Universidade Paranaense. Rua da Liberdade 1276- Altônia/PR.CEP-87550-000 E-mail: aline-fms29@hotmail.com

³Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIPAR- Universidade Paranaense.Rua Londrina 3411- Iva-té/ PR.CEP-87525-000. E-mail: suellen_patrice20@hotmail.com

⁴Professora da UNIPAR- Universidade Paranaense. Coordenadora das atividades de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura pela EAD. Pedagoga e Psicopedagoga especialista em Gestão Estratégica Escolar em Orientação e Supervisão Educacional , Métodos e Técnicas de Ensino. Umuarama/ PR.CEP87509-000. E-mail: rosemariaps@unipar.br

⁵Mestre em Educação pela UFU- Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Unipar- Sede Universidade Paranaense- vivianne@unipar.br

KEYWORDS: Jesuits; Brazilian education; Colonization; Manifesto of pioneers; New education.

HISTORIA DE LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

RESUMEN: Este artículo trata la temática de la Historia de la Educación en Brasil. El objetivo general es poner de relieve los puntos importantes de la educación brasileña desde los primeros tiempos hasta la actualidad, haciendo hincapié en los aspectos importantes que hicieron parte de la construcción de la educación de forma general.

PALABRAS CLAVE: Jesuitas; Educación Brasileña; Colonización; Manifiesto de los pioneros; Nueva Educación.

1 INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil é parte da cultura, que por sua vez faz parte da história geral. Em cada tempo/espço histórico, a educação atendeu a determinados objetivos, que correspondiam a visões de homem e de mundo. A história da Educação no Brasil no século XVI não pode ser desvinculada dos acontecimentos da Europa, já que a colonização resultou da necessidade de expansão comercial da burguesia enriquecida com a Revolução Comercial, isso devido às colônias que representam não só a maior ampliação do comércio, como também é fornecedora de produtos tropicais e metais preciosos.

Sendo assim, a história nos mostra que, apesar das intensas lutas do seu povo, o Brasil sempre foi mantido numa situação de dependência. Inicialmente, de Portugal; depois, da Inglaterra; por último, dos Estados Unidos, e a educação foi um dos instrumentos de que lançaram mão os sucessivos grupos que ocuparam o poder para promover e preservar essa dependência. Quando não através da exclusão pura e simples, impedindo-se o acesso de grande parte dos brasileiros à escola, por meio de um ensino para submissão, desprovido da preocupação crítica, tanto em seus conteúdos quanto em seus métodos.

Com isso, o presente estudo, tem como objetivo destacar a importância da história da educação no Brasil e seu desenvolvimento desde os primórdios até a educação emancipadora do século XXI.

2 O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

De acordo com Pilleti (1990.p.134), apud Prado Júnior (1970.p.55), a ideia sobre o sentido geral da colonização do Brasil, o que Portugal queria “para sua colônia americana é que fosse uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano e que se pudesse vender com grandes lucros nos mercados europeus. Este será o objetivo da política portuguesa, até o fim da era colonial e tal objetivo ela o alcançaria plenamente, embora mantivessem o Brasil, para isto, sob um rigoroso regime de restrições econômicas e opressão administrativa; e abafasse a maior parte das possibilidades do país”.

Com a independência o objetivo não mudou; apenas, Portugal foi expulso de cena. Mas na divisão internacional do trabalho, determinada pelo capitalismo, ao Brasil, como a outros países explorados, continuou reservada o papel de exportador de matérias primas (café, borracha, minérios, soja, etc.) e importador de produtos manufaturados. O preço pago por essa dependência foi e continua sendo extremamente elevado: de mais de 2 milhões de índios que viviam no Brasil quando começou a colonização, restam perto de 200.000, lutando intensamente por um pedaço de chão neste país que foi todo deles.

2.1 A PARTICIPAÇÃO DOS JESUÍTAS

É reconhecido que os jesuítas tiveram grande influência na educação brasileira, pois foram os pioneiros responsáveis em construir e estruturar o nosso primeiro sistema de ensino quando vieram para o Brasil em 1549, com o governador geral Tomé de Sousa. Os jesuítas eram chefiados pelo padre Manoél da Nóbrega e eram integrados à política colonizadora do rei de Portugal. A principal função dos mesmos, quando chegaram ao Brasil, era evangelizar, catequizar e tornar cristãos os indígenas que habitavam estas terras, pois seria mais fácil submeter o índio, conquistando suas terras, se os portugueses se apresentassem em nome de Deus, abençoados pela igreja.

A Companhia de Jesus, como eram denominados os jesuítas, foi fundada por Inácio de Layola, em 1534, dentro do movimento da igreja católica contra a Reforma Protestante, e um de seus objetivos era deter

o avanço protestante em duas frentes: através da educação das novas gerações e por meio da ação missionária, procurando converter para a fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas.

Com seu trabalho missionário, os jesuítas, procurando salvar almas, abriram caminho à penetração dos colonizadores; com seu trabalho educativo, ao mesmo tempo em que ensinavam as primeiras letras e gramática latina, ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus. De Salvador, onde chegaram em 1549, os jesuítas espalharam-se rapidamente pelas várias regiões brasileiras, primeiro para o Sul e depois para o Norte, mantinham trinta e seis missões, escolas de ler e escrever em quase todas as povoações e aldeias por onde se espalhavam suas vinte e cinco residências, além de dezoito estabelecimentos de ensino secundário, entre colégios e seminários, localizados nos pontos mais importantes do Brasil.

As escolas das primeiras letras também fundada pelos jesuítas, além da catequese, organizavam nas aldeias escolas de ler e escrever, nas quais transmitiam o idioma e os costumes de Portugal. No ensino das primeiras letras, a Companhia de Jesus mostrava grande capacidade de adaptação, tinham acesso com facilidade na casa-grande dos senhores de engenho, na senzala dos escravos e nas aldeias indígenas, onde procuravam orientar na fé de jovens e adultos e ensinar as primeiras letras para as crianças, adaptando-se as condições específicas de cada gupo. Os jesuítas exerceram grande influência em todas as camadas populares.

3 O ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR

Segundo Piletti (1990, p. 178-79-80) *Ratio studiorum* era o plano completo dos estudos mantidos pela Companhia de Jesus. A organização das regras desse plano em primeiro lugar, devia-se ter uma aliança das virtudes sólidas com o estudo, ou seja, com serenidade e constância, porque era algo que agradava a Deus; em segundo lugar devia-se evitar novidade de opiniões, não podendo sair dos princípios da escola, como trazer questões novas para disciplinas importantes; em terceiro lugar vinham as repetições em casa, na qual os alunos deveriam tirar uma hora do seu dia exercitando a inteligência e memorizando o conteúdo passado pelo professor; em quarto lugar vinha a ordem nos pátios, os alunos não

podiam correr, gritar e agredir tanto fisicamente quanto verbalmente; em quinto lugar vinha a preleção, onde os professores só poderiam explicar autores antigos e de maneira nenhuma os modernos, também não poderiam falar sem ordem e sem preparação. Também estava incluso no plano que o aluno só poderia tomar nota dos conteúdos se o professor mandasse, e não poderia de maneira nenhuma ter tempo ocioso.

A preleção acontecia de maneira tal que em primeira ordem o docente deveria estudar o conteúdo em casa e depois ler para os alunos, e se o texto fosse longo era lido apenas trechos; em segunda ordem vinha a exposição de argumentos em poucas palavras; em terceiro momento era ler cada período e a explicação era feita em latim, esclarecendo questões mais obscuras; em quarto momento vinha a retomada dos conteúdos, adaptando a cada classe.

Além das aulas elementares de ler e escrever, eram oferecidos três cursos: o curso de Letras e o de Filosofia e Ciências, considerados ao nível secundário, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior e destinado principalmente à formação de sacerdotes.

Concluídos os cursos de Letras Humanas e de Filosofia e Ciências, os jovens que não se orientassem para carreira eclesiástica e que pretendessem continuar os estudos, deviam fazê-lo na Europa. O curso de Letras Humanas abrangia estudos de Gramática latina, Humanidades e Retórica. A gramática era ensinada em três classes: ínfima, onde se aprendiam os elementos e as regras gerais de sintaxe; média, que estudavam-se, de modo geral, todas as partes da gramática; e na superior, este estudo aprofundava-se com análise dos problemas da prosódia latina e de todos os demais aspectos da gramática. PILETTI (1990).

3.1 A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal foi o primeiro ministro de Portugal de 1750 à 1777. Em seu governo tomou várias medidas com vistas a centralizar a administração da colônia, de forma a controlá-la de maneira mais eficiente: suprimiu o sistema de Capitânicas Hereditárias, elevou o Brasil à categoria de vice-reinado, transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro, entre outras.

Em sua administração o Marquês de Pombal entrou em conflito

com os jesuítas, atribuindo-lhes intenções de opor-se ao controle do governo português; do conflito chegou-se ao rompimento pelo Alvará de 28 de junho de 1759, que suprimiu as escolas jesuíticas de Portugal e de todos os seus domínios e em seu lugar foram criadas as aulas régias de Latim, Grego e Retórica, que nem de longe chegaram a substituir o eficiente sistema de ensino organizado pela Companhia de Jesus.

O objetivo superior da reforma pombalina dos estudos menores foi de criar uma escola útil aos fins do Estado, que antes de servir os interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa. As aulas régias eram ministradas dentro de seminários de ordem religiosa, dentre esses seminários merece destaque o Seminário de Olinda, que tornou-se o centro de difusão de idéias liberais, dando especial ênfase ao estudo das Matemáticas e das Ciências Naturais.

O ensino secundário do Seminário de Olinda tinha uma estrutura escolar propriamente dita, em que as matérias apresentavam uma sequência lógica, os cursos tinham uma educação determinada e os estudantes eram reunidos em classes e trabalhavam de acordo com um plano de ensino previamente estabelecido.

4 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A CRISE DA EDUCAÇÃO ELITISTA

A primeira república é o período no qual se colocou a questão o modelo educacional herdado do Império, que privilegiava a educação da elite – secundário e superior – em prejuízo da educação popular – primário e profissional. A educação elitista entrou em crise, de modo especial, na década de 1920, quando também se tornou mais aguda a crise de outros setores da vida brasileira – político, econômico, cultural e social. A crise da educação elitista e as inúmeras discussões que provocou desembocaram na Revolução de 1930, que foi responsável por numerosas transformações que fizeram avançar o processo educacional brasileiro.

Os ideais republicanos alimentaram intensamente projetos de um novo Brasil: uma federação democrática que favorecesse a convivência social de todos os brasileiros, promovesse o progresso econômico e a independência cultural.

Entretanto, o que se viu na realidade foi bem diferente. A frustra-

ção dos ideais republicanos conduziu o Brasil, as vésperas da Revolução de 1930, a enfrentar sérias crises em todos os setores da vida nacional. Crises que foram importantes fatores de mudanças e fizeram avançar nossa história:

- A federação foi frustrada pela centralização do poder promovida pelo controle do coronelismo, pela política dos governadores e pela dieta do café-com-leite.
- Vários fatores contribuíram para a frustração do ideal democrático: só podiam votar os maiores de 21 anos do sexo masculino; as eleições eram fraudadas, para manter sempre o mesmo grupo no poder – atas eleitorais eram falsificadas, a mesma pessoa votava diversas vezes, defuntos compareciam às mesas eleitorais, etc.
- A convivência social viu-se frustrada pelo impedimento a participação, nas estruturas do poder, por parte das classes médias e dos trabalhadores, que eram explorados e oprimidos.
- A dependência cultural de modelos europeus, alienados do Brasil, levou uma parte dos nossos intelectuais a se revoltarem e, através da Semana de Arte Moderna, em 1922, propor uma cultura autenticamente brasileira.

O direito à educação aparece pela primeira vez na Constituição de 1934, artigo 149, que estabelece o seguinte “a educação é direito de todos”. Eliminado da carta de 1937, voltaria para ficar em 1946, apesar de reconhecido constitucionalmente, o direito à educação ainda não se transformou em realidade para grande parte dos brasileiros.

Este princípio aparece também pela primeira vez na Constituição de 1934, que estabelece a responsabilidade solidária da família e dos Poderes Públicos pela educação (art. 149), atribui competência aos Estados e ao Distrito Federal de “ organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União” (art. 151) e, pela primeira vez, obriga os poderes a um mínimo investimento na educação: “ A união e os municípios aplicarão nunca menos de dez por cento e os Estados e o Distrito Federal nunca menos que vinte por cento da renda resultantes da manutenção e do desenvolvimento dos sistemas educativos” (art. 156). A emenda constitucional N° 1, de 1969,

limitou-se a obrigar os municípios a aplicação de 20% de sua receita tributária no ensino primário (art. 15).

4.1 A EDUCAÇÃO NOVA NO BRASIL

Com a criação do Ministério da Educação, no entender de Heládio C.G. Antunha (apud BREJON, M. Op. Cit. p 63), o Governo federal procurou alcançar três objetivos:

1º) Ampliar sua faixa de participação no desenvolvimento da educação nacional, marcando dessa forma o término de um longo período de total – ou quase total – alheamento dos problemas relacionados com educação popular.

2º) desenvolver os instrumentos destinados a unificar, disciplinar e proporcionar a articulação e integração aos sistemas isolados estaduais, os quais registravam grande heterogeneidade em relação à organização das diversas modalidades de ensino a seu cargo.

3º) Estabelecer os mecanismos destinados à promover o relacionamento federal com diversos sistemas, definindo-se assim as formas de intervenção do Ministério e de suas relações com as secretarias de Educação estaduais e com próprios estabelecimentos.

Em 1932, um grupo de 26 educadores lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação nova: A reconstrução educacional no Brasil; neste documento foram propostos e defendidas muitas soluções que foram sendo aplicadas à educação brasileira.

A lei do ensino primário só foi promulgada a 2 de janeiro de 1946 (Decreto-lei nº8 529). Constituiu-se a primeira regulamentação nacional do ensino primário, depois de 1827.

A constituição de 1934 foi a primeira a incluir um capítulo especial sobre a educação, estabelecendo alguns pontos importantes; a educação como direito de todos, além da obrigatoriedade da escola primária integral, gratuidade do ensino primário, assistência aos estudantes necessitados e etc. Tais atribuições constituíram o início da construção de um sistema nacional de educação, por outro lado assinalaram uma profunda centralização de competências. A autonomia dos Estados e dos diversos sistemas educacionais foram limitadas onde quase tudo passou a depender da autoridade superior; multiplicando-se os órgãos, as leis, os

regulamentos, portarias, etc., a limitar a ação de escolas e educadores; as funções de controle, supervisão e fiscalização tornam-se burocráticas e rígidas, assumindo, muitas vezes, um caráter “policialesco”; tal ênfase em aspectos legais, normativos, burocráticos, muitas vezes levaram a esquecer ou relegar um plano secundário o objetivo fundamental da educação, que é o de criar condições para a formação de pessoas humanas.

5 MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

Segundo Piletti (1990, p. 177) em 1932, um grupo de 26 educadores lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: reconstrução educacional no Brasil. Neste documento foram propostas e defendidas muitas soluções que, a partir de então, foram sendo aplicada à educação brasileira e as principais ideias são:

1. A educação é vista como instrumento essencial de reconstrução da democracia no Brasil, com a interação de todos os grupos sociais.
2. A educação deve ser essencialmente pública obrigatória, gratuita, leiga e sem qualquer segregação de cor, sexo ou tipo de estudos, e desenvolve-se em estreita vinculação com as comunidades.
3. A educação deve ser “uma só”, com os vários graus articulados para atender as diversas fases do crescimento humano. Mas, unidade, não quer dizer uniformidade; antes, pressupõe multiplicidade; embora a única sobre as bases e princípios estabelecidos pelo Governo Federal, a escola deve adaptar-se às características regionais.
4. A educação deve ser funcional e ativa, os currículos devem adaptar-se aos interesses naturais dos alunos, que são o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação.
5. Todos os professores, mesmo os do ensino primário, devem ter formação universitária.
6. O Manifesto dos Pioneiros foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por vinte e seis intelectuais, entre eles estão Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília

Meireles. O manifesto abordava uma educação onde todos tivessem o mesmo direito, respeitando o desenvolvimento do sujeito, onde a mesma deveria adequar-se as especificidades de seus alunos; para ministrar esse ensino, as pessoas devem ter graduação, promovendo um ensino de qualidade. O manifesto foi o passo principal para a educação e se hoje temos direito a um estudo qualitativo foi porque pessoas lutaram em favor disso, sendo assim, o manifesto dos pioneiros foi de suma importância para a educação chegar até onde ela está hoje, no século XXI.

6 O ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO; TÉCNICO-PROFISIONAL; SUPERIOR

Segundo Valnir Chagas (op. Cit. , p. 52-3), na Lei do ensino primário acenava-se “com o tríplice objetivo de desenvolvimento da personalidade, de preparação à vida cultural e familiar e à defesa da saúde, e de iniciação ao trabalho, tudo com um sentido acentuadamente brasileiro. Dividia-se a escolarização em fundamental e supletiva, destinando aquela às crianças de 7 a 12 anos e esta aos adolescentes e adultos maiores de 13. A fundamental compreendia quatro anos do curso elementar e um do complementar, que era, no fundo, o anterior cursinho de adestramento para exame de admissão ao ginásio.”

O ensino secundário sofreu no período duas reformas: a Primeira em 1931 (Decreto nº 19 890, de 18 de abril) e a segunda em 1942 (Decreto-lei nº 4 244, de 9 de abril). Quanto a essas reformas interessa-nos verificar os objetivos, a estrutura e os conteúdos de ensino atribuídos ao curso secundário.

No que diz respeito aos objetivos, tanto a reforma de Francisco campos (1931) quanto a de Gustavo Capanema (1942) – ambos Ministros da Educação – atribuíram ao curso secundário uma dupla finalidade: formação geral e preparação para o ensino superior.

Embora “o artigo 129 da constituição de 1937 tivesse destinado o ensino técnico-comercial às classes menos favorecidas”, a partir de 1942 esse ramo de ensino começou a contar com uma legislação nacional. Assim é que em 1942 foi regulamentado o ensino industrial(Decreto-lei

nº 4 073, de 31 de janeiro); em 1943, o ensino comercial(decreto-lei nº 6 141, de 28 de dezembro); em 1946, o ensino normal (Decreto-lei nº 8 530, de 2 de janeiro) e o ensino agrícola (Decreto-lei nº9 613, de 28 de agosto). Da mesma forma que o secundário, esses quatro ramos do ensino – industrial, comercial, agrícola e normal, desenvolveram-se em dois ciclos. Também na mesma época foram criados os serviços nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), através do Decreto-lei nº 4 048, de 22 de janeiro de 1942, e o serviço Nacional de Aprendizagem comercial (Senac), por meio do Decreto-lei nº 8 621, de 10 de janeiro de 1946.

O ensino superior passou por importantes modificações a partir de 1930; com a criação das primeiras universidades, superou-se a fase das escolas superiores isoladas, de caráter marcadamente profissional.

A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, tornou-se possível graças aos Estatutos das Universidades brasileiras (Decreto nº 19 851, de 14 de abril de 1931).

Segundo Heládio C. G. Antunha(id., *ibid.*, p.67.) a fundação das universidades brasileiras significou a introdução no sistema de ensino superior. Os estatutos das Universidades Brasileiras, estabelecidos em 1931; vigoraram, com poucas modificações, até 1968, quando procedeu à reforma universitária.

6.1 O AVANÇO DA EDUCAÇÃO POPULAR

O partido comunista foi posto em ilegalidade em 1947, apenas dois anos depois de sua legalização; os analfabetos não puderam votar; as desigualdades na distribuição da renda e da propriedade da terra tornavam quase impossível a participação dos mais pobres.

No campo educacional, participação popular também avançou: o ensino técnico-profissional conseguiu, ao menos legalmente, sua equivalência com o secundário; a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961, foi discutida durante treze anos no Congresso Nacional, ao contrário de todas as anteriores, impostas pelo poder executivo; desenvolveu-se intensa luta no sentido de ampliar o acesso à escola pública e gratuita, difundiram-se campanhas e movimentos de educação popular, especialmente de alfabetização de adultos, entre os quais destaca-se o Método Paulo Freire.

A constituição de 1946, restabeleceu o regime democrático no país, reintroduzindo alguns princípios, entre esses, que já haviam figurado na constituição de 1934, temos os seguinte: “a educação como direito de todos, a escola primária obrigatória, a assistência aos estudantes e a gratuidade do ensino oficial para todos ao nível primário e, aos níveis ulteriores, para quantos provassem falta ou insuficiência de meios”. (CHAGAS, V. Op.cit.,p. 57.)

A constituição de 1946, estabeleceu como regra “o ensino ministrado pelos poderes públicos”, embora livre a iniciativa particular, dentro dos limites da lei. Manteve também o ensino religioso obrigatório para os estabelecimentos e ministrado segundo a confissão religiosa dos alunos.

Durante a maior parte do período republicano, o ensino técnico-profissional permaneceu marginalizado enquanto via de acesso ao ensino superior. Até 1949, quem houvesse concluído algum curso técnico e quisesse candidatar-se a qualquer curso de nível superior deveria frequentar o curso secundário, que detinham assim, todos os privilégios.

A primeira lei brasileira a estabelecer as Diretrizes e bases da Educação Nacional, em todos os níveis, do pré-primário ao superior, foi a lei nº4024, de 20 de dezembro de 1961, houve a obrigatoriedade da escola primária; a separação da escola secundária da profissional.

Em 1932, havia no Brasil apenas 394 unidades de ensino secundário, das quais 58 eram mantidas pelos poderes públicos, enquanto 336 pertenciam a iniciativa particular, concluindo-se que a educação de nível secundário era privilégio dos ricos.

De 1946 a 1964 também tiveram grande atuação diversos movimentos de educação popular, especialmente destinados à alfabetização de adultos e patrocinados pelo Governo Federal, entre esses movimentos merecem destaque a Campanha de Educação de Adultos e o Movimento de Educação de Base e o Programa Nacional de Alfabetização.

A alfabetização de adultos se faria mediante “o uso do Sistema Paulo Freire”, porém no dia 1º de abril os militares tomaram o poder, o programa foi extinto e seus organizadores, acusados de subversão, foram presos e exilados.

6.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE 1964

A partir de 1964, a educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados – alunos, professores e outros setores da sociedade. Os resultados são os que vemos em quase todas as nossas escolas: elevados índices de repetências e evasão escolar, escolas com deficiência de recursos materiais e humanos, professores pessimamente remunerados e sem motivação para trabalhar, elevadas taxas de analfabetismo.

O regime militar instalado no país em 1964, com a deposição do presidente constitucional João Goulart, pretendeu frear os avanços e as conquistas populares que estavam verificando no período anterior.

7 A ESCOLA NOVA

Escola Nova é um dos nomes dados a um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. “Escola Ativa” ou “Escola Progressiva” são termos mais apropriados para descrever esse movimento.

Os primeiros grandes inspiradores da Escola Nova foram o escritor Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e os pedagogos Heinrich Pestalozzi (1746-1827) e Freidrich Fröebel (1782-1852). O grande nome do movimento na América foi o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952). O psicólogo Edouard Claparède (1873-1940) e o educador Adolphe Ferrière (1879-1960), entre muitos outros, foram os expoentes na Europa.

No Brasil, as ideias da Escola Nova foram introduzidas já em 1882 por Rui Barbosa (1849-1923). No século XX, vários educadores se destacaram, especialmente após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Podemos mencionar Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971), grandes humanistas e nomes importantes de nossa história pedagógica.

Um conceito essencial do movimento aparece especialmente em Dewey. Para ele, as escolas deviam deixar de ser meros locais de transmissão de conhecimentos e tornar-se pequenas comunidades.

Lourenço Filho nos fala sobre a escola que Dewey dirigia no final do século passado, na Universidade de Chicago: “As classes deixavam de ser locais onde os alunos estivessem sempre em silêncio, ou sem qualquer comunicação entre si, para se tornarem pequenas sociedades, que imprimissem nos alunos atitudes favoráveis ao trabalho em comunidade.” (Lourenço Filho. Introdução ao estudo da Escola Nova. São Paulo : Melhoramentos, 1950. p. 133.)

Na essência da ampliação do pensamento liberal no Brasil, propagou-se o ideário escolanovista. O escolanovismo acredita que a educação é o exclusivo elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nela. Então de acordo com alguns educadores, a educação escolarizada deveria ser sustentada no indivíduo integrado à democracia, o cidadão atuante e democrático.

Para John Dewey a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida. Assim, a educação tem como eixo norteador a vida-experiência e aprendizagem, fazendo com que a função da escola seja a de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro de sua vida. Então, para ele, a educação teria uma função democratizadora de igualar as oportunidades. De acordo com o ideário da escola nova, quando falamos de direitos iguais, devemos estar aludindo a direitos de oportunidades iguais perante a lei. (Amelia Hamze, Educadora Prof^a UNIFEB/CETEC e FISO - Barretos).

Conclui-se, que o presente artigo discorre sobre o desenvolvimento da educação brasileira desde os primórdios até a atualidade, nos trazendo informações dos aspectos educacionais que foram relevantes e que estão presentes na educação do no século XXI.

REFERÊNCIAS

PACIEVICH, T. História da Educação. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/pedagogia/historia-da-educacao>>. Acesso em: 02 de julho 2015.

HAMZE, A. **Escola Nova e o movimento de renovação do ensino**. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/gestao-educacional/escola->

-nova.htm/ Acesso em: 19 de julho de 2015.

PILETTI, N. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2002.

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. Campinas: Autores Associados, 1992.

Recebido em: 25/06/2015

Aprovado em: 30/07/2015